

Gestão

Administrativa

Com o objetivo de dar suporte ao desenvolvimento da atividade-fim do Tribunal de Justiça, as diversas áreas que compõem a estrutura organizacional do TJMG desenvolveram suas atividades buscando ampliar a qualidade dos serviços prestados, por meio do constante aprimoramento e do alcance das metas setoriais.

Em 2002, o Tribunal de Justiça promoveu o redesenho de seu modelo de gestão, com a mudança do funcionamento e da estrutura organizacional. Em 2005, com a unificação dos Tribunais de Justiça e de Alçada, a estrutura foi adequada, considerando essa nova realidade.

As resoluções que estabeleceram as novas atribuições de cada uma das áreas do Tribunal foram publicadas em janeiro de 2007, bem como a Lei 16.645/07, que trata do quadro de cargos comissionados que compõem a estrutura vigente.

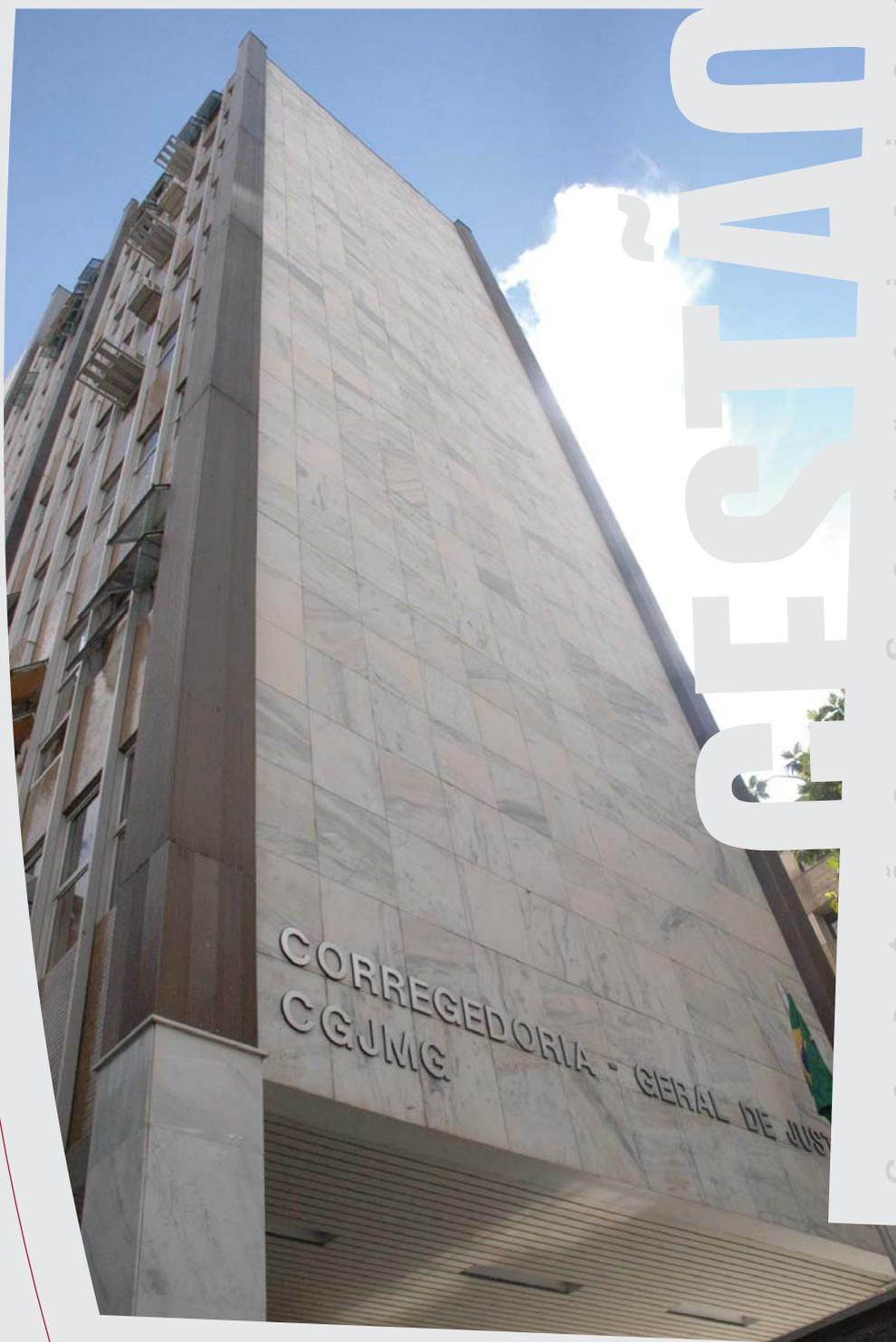
Nesta administração, foi dada ênfase à consolidação do novo modelo organizacional. Por meio da Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional (Seplag), teve continuidade o acompanhamento do Gerenciamento pelas Diretrizes (GPD), instituído em 2006. O alcance dos objetivos e metas institucionais foi monitorado e acompanhado.

A gestão foi compartilhada com os Comitês Estratégico, Executivo e demais Comitês Técnicos. As decisões foram tomadas conjuntamente, em consonância com as premissas estabelecidas pelo novo modelo de funcionamento.

As reuniões do Comitê Executivo – dirigido pelo presidente do Tribunal e composto pelos diversos secretários, diretores executivos e assessores com funções executivas – foram realizadas semanalmente.

Com o objetivo de divulgar as ações realizadas, foram promovidos diversos encontros da Presidência com desembargadores e servidores, por meio do Circuito de Integração.

O tópico relativo à Gestão Administrativa apresenta, pois, as principais realizações para suporte à atividade-fim do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.



Nova sede da Corregedoria, inaugurada em dezembro de 2006

Em dezembro de 2006, foi inaugurada a nova sede da Corregedoria-Geral de Justiça. Em agosto de 2008, foram comemorados os 60 anos da Corregedoria, com diversas solenidades e atividades culturais, como lançamento de livro e exposição de fotos, peças e registros de sua história.

Com base no Gerenciamento pelas Diretrizes, foram desenvolvidas pela Corregedoria-Geral, no primeiro semestre de 2007, ações de orientação e fiscalização em 32 comarcas e 71 varas do Estado, com o objetivo de reduzir em 20% a taxa de acervo paralisado em cada vara. O índice total baixou de 74.135, registrado em janeiro, para 58.398, medido em julho de 2007, o que demonstra o alcance da meta prevista para o período.

Entre janeiro e junho de 2008, foram realizadas 29 correições extraordinárias e 19 inspeções técnicas em cerca de 50 comarcas do Estado, além de 15 correições extraordinárias em serventias notariais e de registro.

O *Fórum Permanente de Debates* entre Corregedoria-Geral de Justiça e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) foi criado oficialmente em dezembro de 2007, por meio da Portaria-Conjunta 01/CGJ/OAB/2007, com o objetivo de debater questões relevantes para o bom andamento dos serviços e estabelecer parcerias para a busca de solução de problemas relativos às atividades exercidas no âmbito da 1ª Instância. Visa solucionar, de forma colegiada e consensual, as dificuldades existentes no dia-a-dia dos advogados que freqüentam o Fórum. A iniciativa se apresenta como um auxílio ao problema do excesso de demanda na 1ª Instância, buscando coordenar trabalhos e esforços.

As decisões do *Fórum Permanente* se aplicam à 1ª Instância, podendo ser estendidas às comarcas do interior. A OAB poderá contribuir com os custos materiais e o desenvolvimento de ferramentas informatizadas, decorrentes de decisões do Fórum.

O Fórum possui dois comitês: o primeiro é composto pelo juiz diretor do Foro da Capital, juntamente com o Colégio de Servidores da Corregedoria; o segundo é formado pelo presidente, diretores e conselheiros da OAB-MG.

A primeira reunião do *Fórum* foi realizada em fevereiro de 2008. As reuniões ordinárias terão periodicidade trimestral, mas ambas as partes podem convocar sessões extraordinárias. A portaria prevê ainda a criação de Fóruns semelhantes nas comarcas do interior, em parceria com Subseções da OAB.

Em dezembro de 2007, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou a Resolução 47, que determina a inspeção mensal dos estabelecimentos penais pelos juízes de execução penal. As inspeções, que já eram uma prática dos magistrados mineiros, passaram então a ter um controle efetivo de sua periodicidade pela Corregedoria. Todas as providências preconizadas pela Resolução foram tomadas ou até mesmo antecipadas, como a produção do formulário padrão para coleta de informações.

No dia 9 de janeiro de 2008, foi publicada Recomendação para que os juízes “dirijam redobrada atenção às condições carcerárias de todos os estabelecimentos prisionais e penitenciários da respectiva comarca, procedendo a inspeção local e elaborando relatório circunstanciado das condições de carceragem”.

Até abril de 2008, os juízes mineiros repassaram as informações para a Corregedoria, que as enviou ao CNJ. A partir de maio, todos os juízes corregedores de presídios de Minas Gerais foram cadastrados no CNJ, no Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Prisionais, e passaram a fornecer as informações diretamente no sistema.

Anualmente, durante as correições ordinárias, são exigidas informações sobre as condições dos estabelecimentos, como possível superlotação, existência de celas para mulheres, recomendações e sugestões. Condições precárias e necessidade de providências são relatadas imediatamente à Secretaria de Estado da Defesa Social (Seds).

Carceragem Policiamento no Fórum

Em junho de 2007, foram inauguradas as novas instalações da carceragem do Fórum Lafayette, em Belo Horizonte. Com as reformas, o local duplicou sua capacidade e pode alojar até 200 presos. A carceragem é essencial para abrigar presos que são julgados nas audiências que acontecem diariamente nas 12 Varas Criminais, nas três Varas de Tóxicos e nos dois Tribunais do Júri, além das Varas de Execuções e Precatórias Criminais.

Em julho de 2007, o Pelotão Forense de Belo Horizonte foi elevado à categoria de Companhia Forense, a 227ª Cia. Também foram apresentados 20 novos policiais militares, que passaram a fazer parte da nova Companhia, garantindo segurança para que os magistrados possam prestar o serviço jurisdicional.

Gestão Financeira e da Execução Orçamentária

Nesta administração, muitas ações foram efetivadas buscando a eficácia da gestão institucional no processo de elaboração do planejamento e orçamento do TJMG.

O Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) foi aprimorado, por meio da adequação da estrutura programática, de forma a fortalecer as funções de planejamento, proporcionando transparência, monitoramento e avaliação da aplicação e uso dos recursos públicos.

Para tanto, nas propostas orçamentárias elaboradas para os exercícios de 2008 e 2009, foram feitas reduções no número dos Programas, que são os instrumentos de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos e à readequação do número e nome das ações, com melhor distribuição dos elementos de despesa, para facilitar a execução orçamentária. A alteração da estrutura e as referidas propostas orçamentárias foram apresentadas para conhecimento do Comitê Estratégico e para aprovação pela Corte Superior.

Em 2007, foi encaminhado para aprovação da Assembléia Legislativa projeto de lei para autorização de abertura de créditos suplementares ao orçamento do TJMG, até o limite de 10%. Para aquele exercício, foi aprovado apenas o limite de 5%.

Novo projeto de lei está em tramitação na Assembléia, para vigorar no exercício de 2008. A proposição se justifica como forma de manter a independência e o equilíbrio entre os Poderes do Estado, na medida em que busca estender ao Poder Judiciário prerrogativa orçamentária já assegurada aos Poderes Executivo e Legislativo. Sua aprovação implicará obediência ao princípio constitucional da eficiência, pois simplificará o sistema de remanejamento de rubricas orçamentárias e propiciará maior dinamismo aos atos de gestão.

Foi realizado o curso *Gestão Orçamentária e Financeira*, voltado para 210 gestores do Tribunal, com 60 horas de duração e o tema *Processo de Elaboração do Planejamento e Orçamento do Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. Os objetivos foram apresentar os principais conceitos relacionados ao processo de elaboração do planejamento e orçamento e proporcionar a troca de pontos de vista entre os participantes, dentro do Programa de Desenvolvimento Gerencial promovido pela Escola Judicial Edésio Fernandes (Ejef).

Foi feito ainda acompanhamento do processo de celebração do Convênio 41/2008, firmado entre o Tribunal de Justiça e o Ministério da Justiça, em junho de 2008, para instalação e estruturação de uma Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, na comarca de Belo Horizonte. O convênio tem vigência até setembro de 2009 e valor total de R\$ 750 mil.

Os esforços visando ao constante aprimoramento da administração financeira e da execução orçamentária do Tribunal continuaram nesta administração. Além dos objetivos de programação, execução e controle orçamentário, financeiro e contábil, dentro dos estreitos limites da legalidade, buscou-se resguardar a imagem e a sustentabilidade da Instituição.

Nesse sentido, as estratégias adotadas no curso da administração possibilitaram o alcance de importantes objetivos, com destaque para a evolução satisfatória das entradas de caixa, o que possibilitou crescimento significativo na formação das reservas financeiras do Tribunal e a manutenção da pontualidade dos pagamentos, tanto relativos a magistrados e servidores, quanto a fornecedores de bens e serviços.

Arrecadação de Recursos

2.1 Arrecadação de Recursos

Os recursos aportados ao Tribunal de Justiça em 2007, da ordem de R\$ 1,75 bilhão, foram 27,7% superiores aos de 2006. Todas as fontes de recursos contribuíram para essa evolução, à exceção da remuneração sobre a administração dos depósitos judiciais, que apresentou decréscimo de 3,9% no ano.

Contribuição significativa para o incremento das entradas de recursos em 2007 adveio da iniciativa da venda dos direitos sobre a folha de pessoal do Tribunal, com pagamento de R\$ 150 milhões pelo Banco Itaú. A escolha da instituição financeira para pagamento da folha foi feita por meio do pregão presencial 64/2007. O contrato tem prazo de 60 meses.

As receitas judiciárias tiveram crescimento de 13,5% em 2007, comparativamente a 2006. Uma iniciativa importante foi o encaminhamento ao Poder Executivo, para aprovação legislativa, do Projeto de Lei 2.178/08, que vincula ao Tribunal de Justiça todas as receitas judiciárias, inclusive a responsabilidade por sua arrecadação, o que certamente possibilitará melhor controle e incremento de recursos.

Arrecadação de recursos

Em mil reais

Itens	2006	2007	Variação
1. Do Tesouro			
- Para folha	996.108	1.191.817	19,6%
- Para custeio	105.485	106.017	0,5%
2. Receitas judiciárias	204.324	231.927	13,5%
- Custas ⁽¹⁾	34.757	39.120	12,6%
- Taxa judiciária ⁽¹⁾	21.720	25.906	19,3%
- Taxa de fiscalização judiciária	147.847	166.901	12,9%
3. Remuneração dos depósitos judiciais	44.546	42.823	-3,9%
4. Rendimento de aplicação financeira	18.345	22.284	21,5%
5. Outras arrecadações	7.392	162.068	2092,4%
Total	1.376.200	1.756.937	27,7%

Fonte: Dirfin

⁽¹⁾ Não são vinculadas ao TJMG



Presidente do TJMG assina contrato que transferiu a folha de pagamento para o Banco Itaú

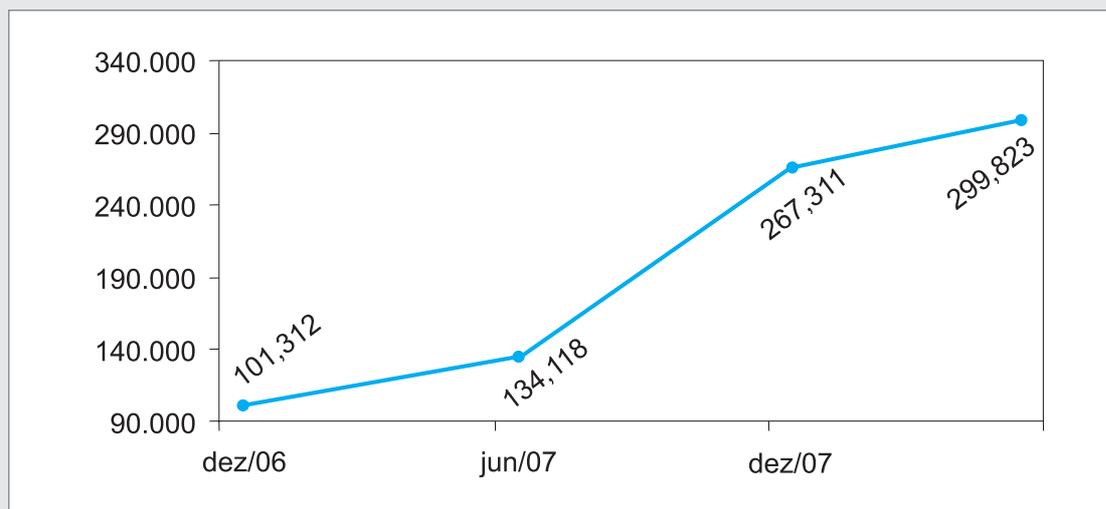
2.2

Evolução da Reserva Financeira

Em mil reais

Reserva Financeira	dez/06	jun/07	dez/07	mai/08
	101.312	134.118	267.311	299.823

Fonte: Dirfin



O Tribunal de Justiça não conta com aportes do Tesouro Estadual para seus programas de investimento anuais, sejam os relativos à construção, reforma e ampliação de unidades prediais ou aqueles referentes à modernização de seu parque tecnológico, além de outros como aquisição de móveis e demais equipamentos.

Daí a importância da constituição e manutenção de adequada reserva financeira, que, além de possibilitar a administração financeira sustentada, garante a política de investimentos, sobretudo agora, com o início da construção do edifício-sede.

2.3

Execução Orçamentária de 2007

Despesa empenhada

Em mil reais

Ítems	2006		2007		Variação %
	Valor	%	Valor	%	
Pessoal	1.458.278	84	1.639.115	84	12
Custeio	234.946	14	262.623	14	12
Capital	33.581	2	34.103	2	2
Total	1.726.805	100	1.935.841	100	12

Fonte: Dirfin

No conceito de despesa empenhada, a execução orçamentária do Tribunal em 2007 aproximou-se dos R\$ 2 bilhões e foi 12% superior à de 2006. A estrutura do gasto manteve-se constante, com 84% em pessoal, 14% em custeio e apenas 2% em investimentos.

À exceção dos gastos com pessoal e de cerca de 45% de custeio cobertos pelo Tesouro Estadual, as demais despesas ocorrem à conta de recursos próprios do Tribunal.

Gestão Predial

Relatório de Gestão

3 Gestão Predial

A Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial (Dengep) tem como objetivos garantir condições, do ponto de vista quantitativo e qualitativo, de infra-estrutura física para o funcionamento dos órgãos do Tribunal, observando critérios de racionalidade de custos e de qualidade de vida dos usuários dos prédios, bem como assegurar a permanente atualização da documentação relacionada ao patrimônio imobiliário, próprio ou disponibilizado para o órgão.

3.1 Novas Instalações



Barbacena (acima), Nova Serrana, Passos e Guaxupé: inauguração de novos fóruns e reformas marcaram a gestão atual

Durante a gestão, foram concluídas 30 obras de reforma, ampliação, construção ou adaptação, 28 na 1ª Instância e duas na 2ª. Dentre elas, destaca-se a construção dos fóruns de Guaxupé, Lavras, Nova Serrana e Passos. Atualmente, nove obras estão em execução: seis na 1ª Instância, entre elas construção do Fórum de São João Del Rei; e três na 2ª Instância, como as de contenção e terraplenagem do novo edifício-sede. Outras 14 obras encontram-se em processo de licitação, 11 na 1ª Instância e três na 2ª.

Estão sendo realizados projetos de 33 obras. Entre os 28 projetos na 1ª Instância, está a construção dos fóruns de Açucena, Bicas, Carmo do Cajuru, Santa Luzia, Taiobeiras, Uberaba, Divinópolis, Ubá e Uberlândia, além de propostas de reforma, ampliação e acessibilidade. Na 2ª Instância, destacam-se o projeto da nova sede, adaptações nos Juizados Especiais para receber o Sistema CNJ e a proposta de *layout* para a Unidade Raja Gabaglia, que irá receber desembargadores e setores hoje instalados na Unidade Francisco Sales.

Nova Sede

A nova sede do TJMG irá reunir em um único endereço todos os setores da 2ª Instância





Pedra fundamental da nova sede foi lançada em julho de 2008. A obra deve ser concluída em 2013.



A estrutura física do Tribunal de Justiça de Minas Gerais se encontra hoje dispersa em 13 prédios da Capital, o que traz diversos transtornos ao funcionamento da Instituição e onera o seu custo operacional, além de contribuir para o agravamento das condições do trânsito na área central. O funcionamento em um único endereço, reunindo todos os setores e os atuais 120 desembargadores, contribuirá para agilizar a prestação jurisdicional e trará mais comodidade para o cidadão.

A construção da nova sede significa uma substancial melhoria da racionalização das atividades, através de *layouts* adequados e economia de gastos com manutenção, condomínio e aluguel de imóveis, energia elétrica e transporte entre as unidades. Os dados comparativos dos anos de 1997 e 2007 não deixam dúvida sobre a necessidade de construção da nova sede: a distribuição de processos na 2ª Instância subiu de cerca de 40 mil para mais de 200 mil; o número de magistrados passou de 94 para 120; o total de servidores foi elevado de aproximadamente 1.200 para mais de 2.200.

A nova sede terá capacidade para 170 desembargadores, com as respectivas câmaras de julgamento, assessorias e cartórios. Haverá estacionamento com 1.580 vagas, plenários de julgamento, auditórios de 800, 200 e 100 lugares, biblioteca jurídica, lanchonete, agências bancárias e estúdio de rádio e TV. A edificação terá uma área de 136.647,36 m².

Os recursos estão sendo viabilizados pelo próprio TJMG, através de convênio com instituições financeiras, aplicações financeiras de recursos gerados pelo próprio Tribunal, custas e taxas judiciárias.

Com o início das obras da nova sede, o TJMG desenvolve o Plano de Comunicação Social, que amplia os canais de relacionamento com a sociedade e, principalmente, com a população do entorno da obra. Antes mesmo de iniciar as atividades da construção, foram realizadas ações, como reunião com representantes da comunidade e moradores da região para informar sobre a duração da obra e os possíveis impactos ambientais, assim como as medidas mitigadoras.

Com o desenvolvimento do Plano de Comunicação, foram disponibilizados canais diretos de comunicação com a sociedade, por telefone e por *e-mail*. Está sendo produzido também o *Boletim Nova Sede*, que traz diversas informações sobre a construção. Com esse trabalho, o TJMG inicia um relacionamento construtivo de confiança e respeito com a comunidade local e com a sociedade.



Início da obras do novo prédio do Tribunal

3.2

Redução de Custos

Foram realizadas análises das contas de água, condomínio, telefonia e IPTU e, com base nos dados levantados, foram feitas comparações mensais das despesas de cada comarca, em relação ao mês anterior. Após levantamento dos dados comparativos, foram emitidos relatórios às comarcas em caso de abusos detectados. As análises resultaram em conseqüentes reduções de despesas em todas as contas, exceto IPTU.

Na área de telecomunicações, as tarifas foram renegociadas. As chamadas DDD via Embratel, reguladas pela Portaria 1.684/2005, tiveram as tarifas reduzidas, o que acarretará redução de gastos em torno de 12% mensais, equivalentes a R\$ 8 mil. Em relação às chamadas locais da Oi/Telemar, a redução de valores gerará economia estimada em 15%, o que representa cerca de R\$ 30 mil mensais.

Nesta gestão, foi iniciada a instalação de equipamentos VoIP em todas as edificações do TJMG na capital. A interligação deles com as centrais telefônicas antigas já está concluída. A adequação de infra-estrutura elétrico-lógica e a implantação dos aparelhos e dispositivos de segurança de rede e redundância estão em andamento. Os novos equipamentos, além da economia estimada em R\$ 7 mil mensais, vão trazer mais facilidades e agregar importantes fatores de gerenciamento de gastos com telefonia.

Foram iniciados, também na área de telefonia, estudos de viabilidade técnica e financeira, especificações de equipamento, instalação e contratação de mão-de-obra para manutenção corretiva. Em 2008, podemos destacar: a modernização de 12 sistemas telefônicos; melhoria da imagem institucional do TJMG, com implantação de 20 novos serviços de espera telefônica personalizada; preparo de edital para aquisição de 200 interfaces celulares, para redução de custos nas ligações para aparelho celular; preparação de edital de licitação para substituição de 130 centrais telefônicas; 216 intervenções de manutenção corretiva; 91 serviços de programação; 61 serviços de implantação e melhoria dos sistemas de comunicação.

Além disso, outros procedimentos e fluxos de trabalho estão sendo desenvolvidos ou adequados visando à economia para o TJMG: diminuição da quantidade de impressões ou cópias, utilizando formas eletrônicas de armazenamento, gerando economia de energia elétrica, *toner* e papel; otimização do uso da iluminação; desenvolvimento, em fase inicial, de *software* para acompanhamento eletrônico do fluxo de trabalho, visando melhor controle sobre os processos; possibilidade de geração de relatórios gerenciais e adequação, em andamento, do *software* de análise de contas de energia elétrica (SisEnergia) ao novo formato de conta e de arquivo gerado pela Cemig.

3.3

Manutenção

As vistorias técnicas feitas pelos engenheiros do TJMG têm como objetivo avaliar a necessidade de reformas na área de manutenção civil. Os técnicos atendem às solicitações das comarcas, fazem levantamentos dos problemas nos prédios e propõem soluções. Após a vistoria, é feito um estudo das possíveis causas e, por fim, a contratação de empresa ou profissional habilitado para executar os reparos. Foram vistoriadas, durante a gestão, 38 comarcas. Estão em andamento 9 obras e 19 foram terminadas.

Durante esta gestão, foi feito o redimensionamento de circuitos elétricos com sobrecarga, através de alteração no *layout* da instalação e de pequenos projetos para otimizar a rede elétrica. Foram realizados, ainda, atendimentos a solicitações de autorização para acréscimos de equipamentos elétricos nos prédios.

No interior do Estado, foram realizados: levantamento da situação da infraestrutura de entrada de telecomunicações de 215 comarcas para implantação de rede VoIP pela Embratel; manutenções emergenciais em prédios de duas comarcas, solucionando os problemas em ambos os casos; vistorias da rede elétrica de prédios de nove comarcas, das quais sete levaram a intervenção ou novo projeto; avaliações das cargas disponíveis nos quadros de distribuição de circuitos para autorização de instalação de aparelhos de ar condicionado em oito comarcas.



Líderes do Judiciário e do Executivo na assinatura do Convênio com a Auditoria-Geral

A Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio (Dirsep) tem como objetivo garantir, do ponto de vista quantitativo e qualitativo, o suprimento de bens e serviços necessários ao desenvolvimento das atividades do Tribunal, a presteza no atendimento às demandas identificadas, a correção e a legalidade nos procedimentos, assegurando a eficiente gestão de custos e oferecendo condições para a melhoria da prestação jurisdicional.

Em janeiro de 2007, foi firmado convênio de cooperação técnica entre o TJMG e o Governo estadual, através da Auditoria-Geral do Estado de Minas Gerais. A iniciativa possibilita que o Poder Judiciário mineiro implante o mesmo sistema de controle interno de gastos públicos adotado pelo Poder Executivo desde 2003. Há também parcerias em cursos de formação e aperfeiçoamento profissional, seminários e outros eventos, relacionados às atividades de fiscalização e de auditoria.

4.1

Gestão de Suprimentos e Controle Patrimonial

Por meio do Sistema de Registro de Preços, o TJMG vem solidificando a gestão de suprimento dos materiais de consumo e bens permanentes móveis estocáveis do Poder Judiciário de Minas Gerais. Em 2007, foram registrados 53 itens, enquanto em 2008 já se encontram registrados 116 itens.

Tal procedimento traz inúmeras vantagens ao TJMG, como: otimização da utilização dos espaços destinados aos estoques; disponibilidades orçamentárias menores e fragmentadas, ocorrendo apenas no ato dos pedidos de suprimento, evitando o comprometimento de orçamentos para demais despesas; concentração de atos com diminuição do número de processos licitatórios, ocasionando economia referente a esses custos processuais e aumentando o poder de negociação da Administração Pública em face dos quantitativos registrados.

Controle de material de consumo

A Coordenação de Controle de Material de Consumo (Comat) concentra os itens de estoque de materiais utilizados pela 1ª e 2ª Instâncias e trata da integridade física e contábil dos estoques, por meio de implantação de rotina especializada de gestão em logística e administração de almoxarifado. No período de novembro 2006 a maio de 2008, foi expedido um total aproximado de 957 toneladas de materiais, referente a mais de 99 mil volumes, entre encomendas Pac (para comarcas do interior), malote (interior e Capital) e carro próprio (Capital). São gastos, em média, aproximadamente R\$ 50 mil por mês com o serviço realizado pelos Correios.

Controle de bens permanentes móveis

No mesmo período, a Coordenação de Controle do Patrimônio Mobiliário (Copat) atendeu a diversas demandas oriundas das comarcas do TJMG, como adequação de *layouts*, com troca e complementação dos mobiliários e montagem de mobiliário em imóveis novos e reformados.

Entre outubro de 2006 e maio de 2008, foram feitos 70 atendimentos em 66 comarcas, sendo 19 atendimentos em 2008. As demandas surgem em decorrência da inauguração de novas instalações de comarcas, de novas varas e de Juizados Especiais.

4.2 Compra de Bens e Serviços

A Gerência de Compra de Bens e Serviços (Gecomp) tem como objetivo assegurar a gestão dos processos de aquisição de bens, serviços e obras necessários ao funcionamento das unidades organizacionais do Tribunal, bem como a gestão dos procedimentos inerentes à celebração de contratos e convênios da Instituição de forma a atender o ordenamento jurídico, garantindo a presteza, a eficiência na utilização de recursos e a legalidade nos procedimentos.

Entre novembro de 2006 e junho de 2008, foram realizadas 179 licitações, com uma economia no valor homologado de cerca de R\$ 24 milhões em relação ao valor médio estimado.

Especificação	Novembro a dezembro/06	Janeiro a dezembro/07	Janeiro a junho/08	Total
Total de licitações	46	133	23	179
Total homologado	R\$ 36.235.192,26	R\$ 42.166.024,43	R\$ 41.297.417,81	R\$ 78.401.216,69
Valor médio estimado	R\$ 42.344.445,67	R\$ 60.354.647,19	R\$ 54.751.565,71	R\$ 102.699.092,86
Economia (em relação ao valor médio estimado)		23,66%		R\$ 24.297.876,17

Fonte: Dirsep

A Gerência de Acompanhamento e Gestão de Serviços Gerais (Geseg) tem como objetivo assegurar a efetividade na prestação dos serviços comuns de natureza continuada, como transporte, expedição de documentos, portaria, limpeza, copa, segurança, reprografia, zeladoria, apoio administrativo e recepção, bem como a efetividade na orientação aos trabalhadores-mirins. Visa garantir a qualidade, a presteza e a legalidade nos procedimentos, oferecendo condições para a melhoria dos trabalhos prestados e a redução de custos.

Firmado em outubro 2006, o contrato para fornecimento de combustível diretamente com a Petrobras reduziu o custo da gasolina de R\$ 2,40/litro para R\$ 1,65/litro, gerando uma economia anual em torno de R\$ 360 mil. Também foi firmado convênio com a Polícia Militar de Minas Gerais para utilização de seus postos de combustíveis, para armazenamento do combustível e abastecimento da frota do TJMG.

Visando ao aprimoramento dos serviços de transporte e melhor relação custo-benefício, foi realizado processo de padronização da frota de veículos de representação. Em julho de 2008, foi publicada a Portaria 2.207/2008 e foram adquiridos novos veículos oficiais, para atender aos desembargadores. Com essa compra, o TJMG vai economizar mais de R\$ 1 milhão por ano com a suspensão do contrato de aluguel de veículos.

Desde o início desta gestão, têm sido feitos esforços no sentido de equacionar a prestação de serviços terceirizados. As dificuldades foram muitas, tendo em vista a complexidade da questão, que compreende serviços de natureza variada e abrange categorias profissionais diversificadas. A gestão dos contratos de serviços de natureza continuada foi aprimorada, com a implantação do *Relatório Mensal de Qualidade dos Serviços Prestados*.

A prestação de serviços terceirizados no Tribunal de Justiça, mediante contratação indireta na Capital e em comarcas do interior, inclui, atualmente, 17 contratos, englobando serviços de apoio administrativo, limpeza, vigilância e segurança armada, apoio operacional de motorista, suporte operacional e serviços técnicos.

Para suprir os serviços de apoio administrativo e suporte operacional no TJMG e na 1ª Instância, foi realizado o Pregão Presencial 112/2007, homologado em novembro de 2007. A licitação foi feita por lotes, de acordo com as especificidades de cada serviço contratado mediante execução indireta. Foram observados os pisos salariais previstos em documentos normativos das categorias profissionais, bem como a média salarial praticada pela Administração Pública Estadual. Essa licitação gera uma economia da ordem de R\$ 22 milhões por ano.

Nesta gestão, também foi realizada a renegociação e formalização unificada do contrato da Assprom, que apóia a capacitação do trabalhador-mirim para inserção no mercado de trabalho. Em 24 de março de 2008, foi publicada a Portaria 2.169/2008, que disciplina as atividades dos trabalhadores-mirins no âmbito da Secretaria do TJMG e na 1ª Instância.

Gestão da Tecnologia da Informação

Em 2007 e 2008, com o apoio atuante da Comissão de Tecnologia da Informação, foram implementadas nesta Administração várias ações estratégicas de TI.

Em 2008, por meio da contratação de consultoria especializada, foi elaborado um Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação, no qual se definiu um conjunto de políticas, estratégias e ações que vão guiar a Tecnologia da Informação no TJMG nos próximos anos.

Na área judiciária, foram implementadas melhorias no Sistema de Acompanhamento Processual da 2ª Instância (Siap) e no Sistema de Informatização dos Serviços das Comarcas (Siscom). Outros módulos e projetos foram aprimorados, como o de Assinatura Digital do Juízo de Admissibilidade na 1ª e 3ª Vice-Presidências e o cadastramento do Menor Infrator. Foram promovidas melhorias na rotina de distribuição e implementadas funcionalidades para a decisão monocrática semelhantes às disponíveis para os acórdãos, dentro do módulo de Jurisprudência. Relatório de Metas do GPD e Ata de Julgamento (relatório com processos não publicados) são outras ações de destaque na informatização de sistemas.

No período também foram implantados: novo módulo de emissão de documentos (com viabilidade de assinatura digital e envio eletrônico); módulo de processamento e envio do arquivo de guias do Banco do Brasil para as comarcas; teste da nova rotina de custas finais, na Contadoria/Tesouraria do Fórum Lafayette; adequação do Siscom para atender à Lei Maria da Penha e à nova Lei de Crimes Hediondos, dentre outras ações.

Foi criada também a rotina automática de processamento dos indicadores semestrais do CNJ, para apuração em todas as comarcas informatizadas da 1ª Instância, incluindo a consolidação de todas as comarcas em servidor de dados para armazenamento de informações estatísticas. Os indicadores atendem a requisitos por justiça e são: *Casos novos*, *Casos pendentes de julgamento*, *Número de sentenças*, *Recursos à instância superior*, *Processos julgados*, *Recursos internos* e *Decisões*.

Ainda no Siap, foi implantada a rotina de migração automática dos dados de processos e partes da 1ª para a 2ª Instância, alimentando o sistema e permitindo que a Análise Processual cadastre os recursos a partir dos dados do processo origem. No primeiro momento, a rotina engloba apenas os dados da comarca de Belo Horizonte.

Foi desenvolvido também o módulo de RE Eletrônico, que tem como objetivo enviar eletronicamente ao STF os Recursos Extraordinários Cíveis admitidos pelo 1º e 3º vice-presidentes do TJMG.

Conclusão da meta de 100% das comarcas informatizadas, considerando a implantação do aplicativo do Siscom. Todas as 295 comarcas estão informatizadas com o mesmo aplicativo, e suas informações processuais estão disponíveis para consulta no Portal do TJMG, por número do processo ou nome da parte.

Informatização de comarcas

Sistemas / rotinas	Nº de comarcas
Sistema de Informatização dos Serviços das Comarcas – Siscom	33
Rotina de Vara de Execuções Criminais – Vec	86
Rotina do Juizado Especial – Jesp	50

Período: novembro de 2006 a maio de 2008

Fonte: Dirfor

Considerando a implantação das novas aplicações no Portal do TJMG e preparando o ambiente da infra-estrutura para a implantação de novas tecnologias, foi aumentada a velocidade da conexão de acesso à internet em 163 prédios de 110 comarcas, 21 deles em Belo Horizonte. A partir de fevereiro de 2008, a velocidade, que era de 8 *megabytes*, foi aumentada em quatro vezes. Atualmente, o canal de acesso do TJMG é de 32 *megabytes*.

Entre as melhorias para o interior, destaca-se o aumento das velocidades dos *links* que interligam as comarcas à capital, conectando as mesmas através de linha dedicada; 55% das comarcas estão conectadas à velocidade de 512 Kbps e o restante à velocidade de 64 Kbps. A previsão é de que até o final de 2008, todas as comarcas estejam conectadas, no mínimo, à velocidade de 512 Kbps.

Visando à modernização dos equipamentos de informática, foram instalados 1.402 novos microcomputadores.

Em junho de 2008, foi criada a Central de Serviços do TJMG, através de contratação por processo licitatório de empresa especializada na manutenção de equipamentos de informática e suporte técnico em aplicações desenvolvidas no próprio TJMG e aplicações comerciais.

Foram realizados também: atualização do sistema de segurança da internet do TJMG (*firewall*); apoio técnico de infra-estrutura para o lançamento do novo Portal do TJMG; *backup* de segurança de dados de todos os servidores de rede do Tribunal de Justiça; preparação da infra-estrutura para lançamento e manutenção do Sistema CNJ de processo eletrônico.

Estatísticas de atendimento a usuários

Descrição do atendimento	Nº de atendimentos
Sistema de Informações dos Serviços das Comarcas – Siscom	39.681
Sistema de Acompanhamento Processual da 2ª Instância – Siap	6.385
Sistemas administrativos	5.994
Suporte a <i>hardware</i>	18.698
Suporte técnico Fórum Lafayette	12.529
Suporte técnico Anexos, Mirafiori e Timbiras	13.536
Suporte técnico Unidade Francisco Sales	6.789
Suporte técnico Juizados Especiais e Comarcas	35.050

Período: novembro de 2006 a maio de 2008

Fonte: Dirfor

A assinatura digital atesta a autenticidade da informação enviada digitalmente, permitindo a troca de documentos com confidencialidade e integridade. Por meio de codificação, garante que o conteúdo das mensagens não seja violado, evitando fraudes e falsificações. Através dela, magistrados e servidores podem tornar oficiais e com valor legal documentos em meio eletrônico.

Em agosto de 2007, foi implantada a assinatura eletrônica do juízo de admissibilidade de recursos extraordinários e especiais, que está sendo utilizada nos despachos do 1º e 3º vice-presidentes. O TJMG utiliza a assinatura digital também nos processos eletrônicos, no DJe, no Sistema Hermes de malote digital e nas cartas precatórias digitais.

GES
Assinatura

AL



Sistema CNJ em quatro momentos:
lançamento, visita da ministra Ellen Gracie ao Juizado Especial da UFMG, primeiro julgamento eletrônico nas Turmas Recursais e implantação na Unidade Barreiro do Jesp

Em Minas, o Sistema CNJ de processo judicial eletrônico (anteriormente denominado Projudi) foi lançado como projeto-piloto no Juizado Especial Cível – Unidade UFMG, em agosto de 2007, na Semana da Tecnologia, Justiça e Cidadania. A iniciativa visa à redução de tempo na tramitação dos feitos judiciais e à economia de recursos financeiros e de espaços físicos.

Ao longo de 2008, o processo judicial eletrônico foi implantado nos outros quatro Juizados Especiais de Belo Horizonte (Juizados Especiais Cíveis do Barreiro, do Gutierrez e das Relações de Consumo) e nas Turmas Recursais da Unidade UFMG (6ª, 7ª e 9ª Turmas).

No Projudi da UFMG, foram distribuídas 14.226 ações. O tempo médio de duração do processo que antes era de 100 dias passou para 74 dias.

Até junho de 2008, já haviam sido baixados 2.470 processos eletrônicos no Juizado Especial Cível da UFMG, enquanto 6.899 encontravam-se ativos. O Juizado Especial do Barreiro contava com 25 processos baixados e 448 ativos. Nas Turmas Recursais, havia, em junho, 153 recursos ativos no Sistema CNJ.

Em maio de 2008, o processo eletrônico foi implantado, também, na Justiça Comum de 1ª Instância, na Vara de Registros Públicos do Fórum Lafayette. Atualmente, já está sendo usado para tramitar eletronicamente todas as habilitações de casamentos feitas na capital mineira. A homologação de casamentos responde por 50% dos processos da Vara de Registros Públicos de Belo Horizonte, onde são homologados 2 mil casamentos por mês, em média.

O Sistema CNJ deverá agilizar procedimentos e interligar todos os serviços de registro civil de Belo Horizonte. A expectativa é de que, no segundo semestre de 2008, a Vara de Registros Públicos e os serviços de registro civil estejam com todos os trâmites digitalizados, como averbações, correções de grafia e declarações de paternidade, dentre outros.

5.4

Diário do Judiciário Eletrônico

GESTÃO
Diário do Judiciário Eletrônico
ADMINISTRATIVO

Foi publicada no jornal *Minas Gerais* do dia 14 de maio a Portaria-Conjunta 119/2008, instituindo o *Diário do Judiciário Eletrônico (DJe)* como órgão de comunicação dos atos oficiais do Poder Judiciário de Minas Gerais. Essa nova fase, ligada a outras medidas de inovação tecnológica e de automação dos serviços judiciais, marca a superação da era do papel na publicação legal dos atos do Poder Judiciário.

A partir do final de agosto, a versão digital substitui integralmente a impressa, sendo a única disponível para publicação e divulgação dos atos processuais e administrativos, para todos os efeitos legais. O *DJe* tem novo projeto gráfico e é apresentado em formato PDF, para facilitar sua consulta.

Pelo seu caráter oficial, a elaboração e a disponibilização pública do *DJe* foram precedidas de obrigatório emprego de recursos especiais de segurança da informação. O *Diário* tem assinatura digital, validada pela autoridade certificadora ICP-Brasil (Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras). Assim, o conteúdo fica protegido de alterações, evitando fraudes e falsificações.

O *DJe* amplia o acesso às informações, garantindo transparência às atividades do Judiciário. Para aqueles que não possuem internet, haverá equipamentos para consulta gratuita ao *Diário* nas dependências dos prédios da 1ª e da 2ª Instância, nos horários de expediente externo, de acordo com o art. 9º da Portaria Conjunta 119/2008.

O *Diário* representa para o TJMG uma economia mensal de aproximadamente R\$ 42 mil, apenas com as 1.164 assinaturas do jornal *Minas Gerais*. Há também redução da necessidade de recursos operacionais e logísticos para a distribuição do jornal, que circulava fisicamente por centenas de comarcas, varas e dependências administrativas. Além disso, os editais também são veiculados gratuitamente.

5.5

Sistema Hermes

Publicada no dia 20 de junho de 2008, a Portaria 498/CGJ/2008 dispõe sobre a implantação do *Sistema Hermes* de malote digital no âmbito da Corregedoria-Geral de Justiça e na Justiça de 1ª Instância de Minas Gerais, para envio e recebimento de atos administrativos entre a Corregedoria, juízes, Secretarias de Juízo, órgãos e serviços auxiliares da Justiça.

O *Sistema Hermes* possibilita que as comunicações oficiais internas sejam feitas por meio eletrônico, através da internet. Os documentos são transmitidos no formato PDF, o que impossibilita modificações, e recebem assinatura digital do remetente. O sistema gerencia o acervo de documentos enviados e recebidos e possibilita maiores níveis de segurança e rapidez. Além de agilizar as comunicações, diminui custos relativos à correspondência e gera economia de papel.



Alvará de soltura eletrônico permite comunicação instantânea entre Judiciário, Polícia Civil e unidades prisionais

Alvará de Soltura Eletrônico

O *Sistema Hermes* possibilitou o funcionamento do Alvará de Soltura por meio eletrônico, implantado no dia 24 de junho de 2008, na Vara de Execuções Criminais (Vec) de Belo Horizonte. Inédito no país, o sistema permite a soltura de detentos em tempo real, com trâmite mais rápido, eficaz e seguro.

Os alvarás têm caráter oficial e são assinados digitalmente. Com a implantação do sistema, a Vara de Execuções Criminais está conectada *on-line* a 15 unidades prisionais na Região Metropolitana de Belo Horizonte, tornando instantâneo o procedimento. O *Sistema Hermes* é utilizado para o envio dos alvarás da Vec para o Setor de Arquivos e Informações da Polícia Civil (Setarin) e para as unidades prisionais da Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds).

No momento, o *Hermes* será usado pela Vec da Capital, para expedição de alvarás relativos às 15 unidades prisionais da Grande BH. Os próximos passos são a expansão para as Vecs da Região Metropolitana de BH e, em seguida, de todo o Estado, para mandados referentes às 60 unidades prisionais de Minas Gerais. No futuro, o *Hermes* englobará também outros documentos, como livramentos condicionais e mandados de prisão.

5.6

Transmissão Eletrônica de Cartas Precatórias

No dia 25 de junho de 2007, o TJMG apresentou o sistema de transmissão eletrônica de carta precatória, importante passo para implantação do processo eletrônico. A utilização desse sistema acelera a tramitação do processo, por prescindir do envio físico de documentos em papel.

Inicialmente, o sistema de transmissão eletrônica de cartas precatórias envolveu seis varas de Belo Horizonte (cinco cíveis e a Vara de Precatórias Cíveis) e as duas varas cíveis de Nova Lima. Está prevista a expansão para as comarcas de Ribeirão das Neves, Betim e, finalmente, para todas as comarcas do Estado. A implementação da transmissão eletrônica de cartas precatórias nas comarcas ocorrerá quando presentes as condições técnicas necessárias, como a utilização de assinatura digital emitida por autoridade certificadora credenciada.

A Central Eletrônica de Atos Notariais e de Registro foi concebida para armazenar, concentrar e disponibilizar informações sobre testamentos, inventários, divórcios, separações, restabelecimento de união conjugal, aquisições de imóveis por estrangeiros e indisponibilidade de bens. Os cidadãos poderão consultar tais atos, de caráter eminentemente público, de forma gratuita, fácil e segura, através do Portal do TJMG.

Entre os benefícios da Central, destacam-se: atender à determinação da Resolução 35/2007 do CNJ, que disciplina a aplicação da Lei 11.441/07 pelos serviços notariais e de registro; permitir à Corregedoria-Geral de Justiça controlar os atos praticados pelas serventias, com acompanhamento e estatísticas; ampliar a publicidade dos atos com sua divulgação para consulta pelo público; permitir mais rapidez, qualidade e eficiência aos serviços notariais e de registro.

O Provimento 178/2008, da Corregedoria-Geral de Justiça, que dispõe sobre a Central e seu funcionamento, foi publicado no *Minas Gerais* de 4 de julho de 2008.

Foi adquirido serviço de desenvolvimento para o *Sistema de Gestão Documental (Sigid)*, que tem como objetivo produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos eletrônicos. Com a implantação do sistema, espera-se reduzir espaço de armazenamento, aumentar a produtividade e melhorar significativamente o transporte e o envio de documentos de forma segura.

O *Sigid* padroniza e facilita a classificação e o controle, agilizando a auditoria e a gestão da documentação. Visa democratizar o acesso à informação e melhorar a qualidade dos serviços; racionalizar o trabalho arquivístico; automatizar, agilizar e padronizar processos.

Desde o início de sua elaboração, o *Sigid* é uma experiência pioneira e inovadora, na medida em que contempla todas as fases e procedimentos técnicos da gestão de documentos. O *Sigid* foi lançado no final de agosto de 2008.



Sessões de julgamento do Tribunal do Júri e da Corte Superior foram transmitidas pela *internet*



Outro passo importante foi a viabilização da transmissão *on-line* das sessões de julgamento. Os objetivos são dar mais transparência aos julgamentos e tornar mais acessível o Poder Judiciário, deixando-o mais próximo do cidadão e dos advogados, especialmente aqueles que não podem presenciar os julgamentos.

Ao longo de 2007, foram transmitidas sessões do 1º Tribunal de Júri de Belo Horizonte (Fórum Lafayette), em 08 de agosto; da Corte Superior do TJMG, em 26 de setembro; da 13ª Câmara Cível do TJMG, em 27 de setembro; da 11ª Câmara Cível do TJMG, em 17 de outubro. Os arquivos de vídeo estão disponíveis no Portal do TJMG, no *banner Transmissão de julgamentos*.